



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Manoel Viana

LEI Nº 2361, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza contratação por tempo determinado para atender a necessidade e de excepcional interesse público.

A PREFEITA MUNICIPAL, Faço saber, em disposto no artigo 56 da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a presente Lei.

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar contratação por tempo determinado do seguinte profissional:

I – 1 (um) Terapeuta Ocupacional com vencimento mensal de R\$ 1.571,80 (um mil e quinhentos e setenta e um reais e oitenta centavos);

Art. 2º A contratação do profissional mencionado no inciso anterior terá regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, sendo pelo período de 180 (cento oitenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º A contratação prevista no art. 1º, será de natureza administrativa e atenderá ao disposto no art. 252 e 253, III da Lei Municipal nº. 072, de 12 de junho de 1994.

Art. 4º O pagamento da referida contratação será feita através de dotação orçamentária específica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

0801.10.301.0002.2011-339004000000

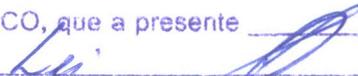
Art. 5º Será permitido ao contratado executar serviços extraordinários com a devida anuência do gestor público, bem como outros adicionais no caso autorizado por lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


SILVANA BEN SALBEGO
PREFEITA

Manoel Viana, RS, 23 de dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL
DE MANOEL VIANA

CERTIFICO, que a presente  esteve
afixada no mural de publicações no período de 23/12/2015 à 06/01/2016
Conforme Art. 93 da Lei orgânica do Município.

Registra-se e Publica-se


Aluisio Gomes Pivoto
Secretario de Governo, Planejamento, Indústria, Comércio e Turismo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Manoel Viana

JUSTIFICATIVA:

Senhora Presidente,
Senhores Vereadores.

Tem o presente Projeto de Lei o objetivo de contratar profissional para a implantação da Equoterapia junto ao Centro Integrado de Atenção as Necessidades Especiais – CIANE.

Tal contratação se faz necessária devido à implantação deste serviço junto ao CIANE, o qual virá a atender a demanda de pacientes que precisam destes serviços.

Portanto este profissional virá a suprir esta demanda a fim de proporcionar mais este serviço aos pacientes de nosso município. Entendemos assim ser este um fato que é para atender a Supremacia do Interesse Público, razão maior por se tratar de Serviço de Saúde Pública, onde as urgências não são previsíveis. Acreditamos fortemente que esta matéria encontra resguardo legal no Art. 57, §6º, Inciso II, da Constituição Federal.

Sendo assim entendemos a viabilidade desta contratação para suprir momentaneamente tal demanda.

Diante destas razões, solicitamos que os Nobres Vereadores avaliem o presente Projeto de Lei e o aprovem.

Atenciosamente,

Manoel Viana, RS, 23 de dezembro de 2015.



SILVANA BEN SALBEGO
Prefeita